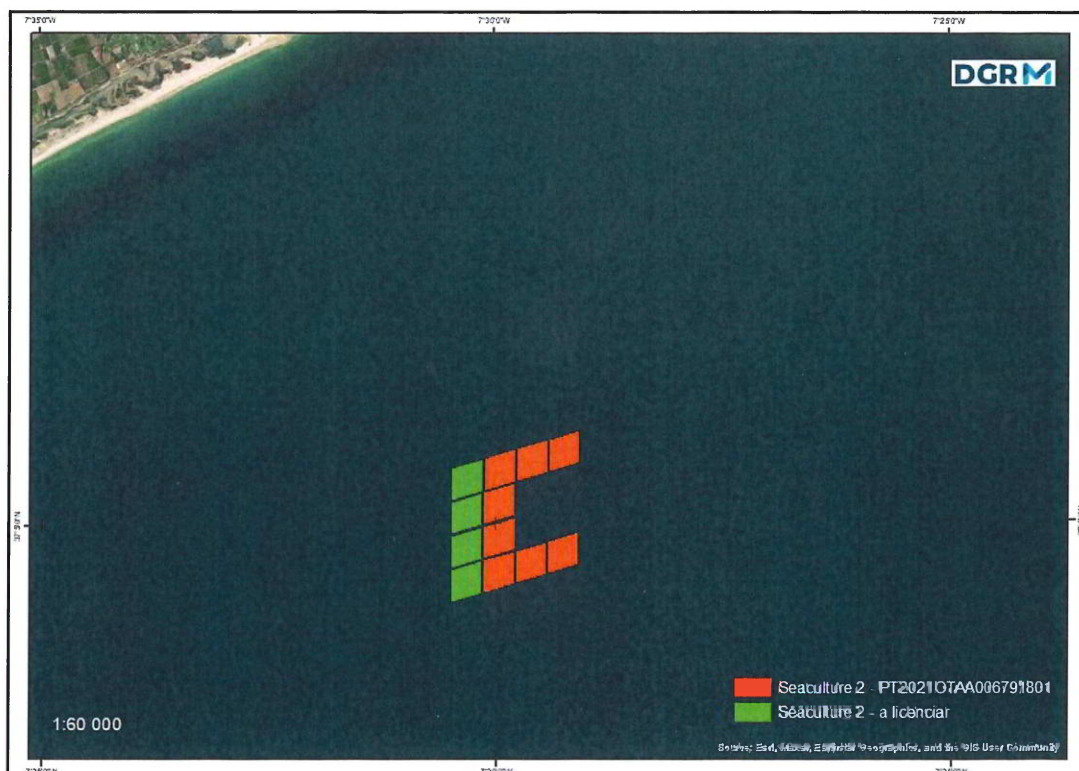


EDITAL**PT2025ITAA006259503**

Nos termos do disposto do n.º 7 do artigo 13.º do Decreto-Lei n.º 40/2017, de 4 de abril, na sua redação atual, torna-se público que **SEACULTURE - AQUICULTURA, S. A.**, com o número de identificação de pessoa coletiva 513944974, requereu, ao abrigo do artigo 17º do mencionado diploma, um Título de Atividade Aquícola (TAA), relativo a uma área de domínio público (4 lotes, a cor verde na imagem) para anexar ao estabelecimento de culturas em águas marinhas já licenciado e denominado **Seaculture Algarve 2** (a cor laranja), conforme imagem infra. A nova área publicitada no presente edital (4 lotes, a cor verde na imagem) com uma área de 952127 m², destinado à produção de Pargo-legítimo (*Pagrus pagrus*), Sargo-Legítimo (*Diplodus sargus*), Corvina-legítima (*Argyrosomus regius*), Dourada (*Sparus aurata*), Robalo-legítimo (*Dicentrarchus labrax*), Charuteiro-catarino (*Seriola dumerili*), Vieira (*Pecten maximus*), Ostra-portuguesa (*Magallana angulata*), Amêijoia-macha (*Venerupis corrugata*), Amêijoia-boia (*Ruditapes decussatus*), Algas-castanhas (Phaeophyceae) e Algas-vermelhas (Rhodophyceae), em regime intensivo, localiza-se na APA Monte Gordo, Lotes A5, B5, C5 e D5, Distrito de Faro, sob a jurisdição marítima da Capitania do Porto de Vila Real de Santo António, conforme imagem seguinte:



Coordenadas Geográficas WGS84

Coordenadas Geográficas (WGS 84)						
Vértice	Latitude			Longitude		
N.º	Graus	Minutos	Segundos	Graus	Minutos	Segundos
1	N 37 °	5 '	28,68 ''	W 7 °	30 '	27,93 ''
2	N 37 °	5 '	33,19 ''	W 7 °	30 '	8,53 ''
3	N 37 °	5 '	17,00 ''	W 7 °	30 '	8,85 ''
4	N 37 °	5 '	12,50 ''	W 7 °	30 '	28,26 ''
5	N 37 °	5 '	10,83 ''	W 7 °	30 '	28,31 ''
6	N 37 °	5 '	15,33 ''	W 7 °	30 '	8,91 ''
7	N 37 °	4 '	59,15 ''	W 7 °	30 '	9,23 ''
8	N 37 °	4 '	54,65 ''	W 7 °	30 '	28,64 ''
9	N 37 °	4 '	52,88 ''	W 7 °	30 '	28,34 ''
10	N 37 °	4 '	57,38 ''	W 7 °	30 '	8,94 ''
11	N 37 °	4 '	41,20 ''	W 7 °	30 '	9,26 ''
12	N 37 °	4 '	36,69 ''	W 7 °	30 '	28,67 ''
13	N 37 °	4 '	35,02 ''	W 7 °	30 '	28,72 ''
14	N 37 °	4 '	39,52 ''	W 7 °	30 '	9,32 ''
15	N 37 °	4 '	23,34 ''	W 7 °	30 '	9,64 ''
16	N 37 °	4 '	18,84 ''	W 7 °	30 '	29,05 ''

Nos termos do n.º 15 do artigo 13.º do Decreto-Lei n.º 40/2017, de 4 de abril, na sua redação atual, o TAA é atribuído pelo prazo máximo de 25 anos, podendo a entidade coordenadora fixar um prazo inferior, e caso haja rejeição de águas residuais em domínio hídrico, o TAA é válido pelo prazo máximo de 10 anos, nos termos do n.º 16 do artigo 13.º do referido Decreto-Lei.

A renovação do TAA, só é possível, uma única vez, por um igual período, mediante pedido fundamentado à entidade coordenadora, de acordo com o artigo 20.º do Decreto-Lei n.º 40/2017, de 4 de abril, na sua redação atual.

Ao abrigo do n.º 7 do artigo 13.º do Decreto-Lei n.º 40/2017, de 4 de abril, na sua redação atual, determina-se a abertura da consulta pública, **entre 30 de dezembro de 2025 e 21 de janeiro de 2026**, convidando-se todos os interessados para, querendo, requerer para si, a atribuição do TAA com o objeto e a finalidade ora publicados ou apresentar objeções à atribuição do mesmo, junto da DGRM – Av.ª Brasília, 1449-030 Lisboa, telefone 213035700, email: mail.da@dgrm.pt

A apresentação de pedidos idênticos determina a abertura de procedimento concursal entre os interessados, conforme dispõe o n.º 12 do referido artigo 13.º do Decreto-Lei n.º 40/2017, de 4 de abril, na sua redação atual.

Lisboa, 22 de dezembro de 2025

P/ O Diretor-Geral,

(António Coelho Cândido)

Isabel Ventura

Isabel Ventura
Subdiretora-Geral

Ph.